



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 498, DE 2025

Requer informações ao Senhor André Carlos Alves de Paula Filho, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, sobre eventuais irregularidades no pagamento do seguro-defeso a pescadores artesanais.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Pesca, informações sobre eventuais irregularidades no pagamento do seguro-defeso a pescadores artesanais.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Pesca, informações sobre eventuais irregularidades no pagamento do seguro-defeso a pescadores artesanais.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais foram os fatores que justificam o crescimento de 1 milhão para 1,7 milhão de registros no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) entre 2022 e maio de 2025?
2. O Ministério realizou auditorias ou cruzamentos de dados para validar a legitimidade desses 500 mil novos cadastros?
3. O Ministério da Pesca tem conhecimento e comprovação dos indícios de fraudes no estado do Pará que, segundo a Polícia Federal, causam prejuízo mensal de até R\$ 130 milhões, por meio do uso indevido de senhas de servidores e da retenção parcial de benefícios por entidades intermediadoras? Quais providências foram adotadas a respeito?

4. Quantos pescadores estão atualmente registrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira por Estado e por município? Favor enviar dados atualizados até a data de resposta.
5. Quantas colônias ou associações de pescadores possuem convênios ativos com o Ministério da Pesca ou com o INSS?
6. Quais critérios e mecanismos de controle são utilizados atualmente para verificar a efetiva atividade pesqueira dos beneficiários?
7. Quais os sistemas utilizados para cruzamento de dados e qual a sua eficácia?
8. Há auditorias internas ou externas em curso para apurar os indícios de fraudes levantados na reportagem?
9. Se sim, quais são seus escopos, prazos e responsáveis?
10. Foram identificadas fraudes na concessão do seguro-defeso nos estados do Pará e Maranhão?
11. Como o Ministério da Pesca explica o descompasso entre o expressivo número de pescadores cadastrados no Maranhão e no Pará e a produção efetiva de pescados nesses estados, muito inferior à de estados com menos registros, como o Paraná? Existem estudos que comprovem a compatibilidade entre os registros no RGP e a produção real?
12. Diante do número elevado de pescadores cadastrados no Maranhão, como o Ministério justifica o fato de o estado possuir apenas 621 embarcações pesqueiras registradas e nenhuma empresa pesqueira formalizada, em contraste com estados como Santa Catarina, que possui 218 empresas cadastradas? Essa discrepância tem sido alvo de verificação ou fiscalização específica?
13. Se sim, quais ações corretivas foram realizadas?

14. Qual o número de registros suspensos ou cancelados por ano, desde 2018 até 2025?
15. A nova exigência de homologação por prefeituras já está em vigor?
16. Em caso afirmativo, quais municípios estão cumprindo essa exigência e quais resistem à implementação?
17. A federação de pescadores presidida por Edson Cunha de Araújo ainda mantém algum tipo de relação institucional com o Ministério?
18. Se sim, quais são os instrumentos jurídicos vigentes?
19. A Confederação Brasileira dos Trabalhadores de Pesca e Aquicultura (CBPA), presidida por Abrão Lincoln, recebe recursos públicos atualmente? Informar convênios, repasses e vínculos formais com o Ministério da Pesca.

JUSTIFICAÇÃO

O programa de seguro-defeso do INSS, destinado à proteção dos pescadores artesanais durante o período de defeso, mostra sinais alarmantes de fraude em larga escala, especialmente nos estados do Norte. Segundo reportagem do UOL, o total de registros no RGP saltou de 1 milhão em 2022 para impressionantes 1,7 milhão em maio de 2025, um acréscimo de 500 mil cadastros em menos de um ano — aumento desproporcional que sugere práticas irregulares, sobretudo em razão do envolvimento de entidades conveniadas investigadas.

Em municípios como Mocajuba (PA), quase toda a população adulta aparece como pescadora, e em Cametá (PA) foram registradas 44 mil pessoas, correspondendo a um terço da população local — sendo 31,9 mil novos beneficiários incluídos apenas em 2024. Esses números são incompatíveis com o perfil socioeconômico e populacional desses locais.

Apesar do número expressivo de cadastros, a produção de pescados não acompanha esse crescimento. O Maranhão, por exemplo, ocupa apenas a sexta posição na produção nacional, com 50,3 mil toneladas em 2022. O Pará, segundo maior em número de pescadores, produziu ainda menos: 25,1 mil toneladas. Para efeito de comparação, o Paraná, líder nacional, produziu 194,1 mil toneladas

Além disso, há outros indícios de irregularidade: o Maranhão possui apenas 621 embarcações cadastradas para pesca e não registra nenhuma empresa pesqueira — um contraste gritante com Santa Catarina, que possui 218.

A distorção se repete em municípios como São Sebastião da Boa Vista (PA), Boa Vista do Gurupi (MA), Cedral (MA) e Ponta de Pedras (PA), onde os registros de pescadores superam 30% da população adulta, conforme cruzamento de dados do Ministério da Pesca e do IBGE. Cametá (PA), por exemplo, tem 44 mil pessoas registradas como pescadoras — ou seja, um terço da população do município. Somente em 2024, a colônia local inscreveu 31,9 mil beneficiários, de acordo com o INSS.

Além das distorções demográficas, há indícios de prejuízo mensal de até R\$#130 milhões só no Pará, resultante de fraudes com uso de senhas de servidores e retenção indevida de valores por entidades intermediadoras. O envolvimento de lideranças como Edson Cunha de Araújo (Federação do Maranhão) e José Fernandes Barra (Fetape-Pará), ambos alvos de investigações da Polícia Federal e Ministério Público Federal, reforça a gravidade das suspeitas.

A reincidência do problema é evidente: em 2015, na Operação Enredados, a PF desmontou um esquema que resultou na queda de 45% dos beneficiários no ano subsequente. O retorno de Abrão Lincoln à presidência da CBPA em 2024, mesmo após ser réu por corrupção e lavagem de dinheiro, é preocupante.

Além disso, os gastos com o seguro-defeso dispararam: R\$#4 bilhões foram pagos de janeiro a abril de 2025 (aumento de 57% sobre os R\$#2,6 bilhões do mesmo período de 2024), totalizando R\$#6,1 bilhões nos 12 meses até abril.

A magnitude dos indícios de desvios, o claro descompasso entre cadastros e produção, e a participação de entidades investigadas indicam a necessidade de apuração rigorosa, transparência no cruzamento de dados e auditorias, bem como a responsabilização de envolvidos, para garantir que o seguro-defeso atinja apenas os pescadores artesanais verdadeiros e preserve recursos públicos.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/colunas/natalia-portinari/2025/06/27/inss-paga-seguro-bilionario-em-cidades-com-pescadores-fantasma.htm>

Sala das Sessões, 30 de junho de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO